



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

# Caça ao voto útil

Com a marcação das eleições regionais para 4 de Fevereiro abriu a caça ao voto útil.

O que vamos assistir nos próximos dois meses será um combate político entre José Manuel Bolieiro e Vasco Cordeiro, que vão tentar chamar a si os votos dos blocos da direita e da esquerda, respectivamente, em nome de uma governação estável.

A coligação vai fazer uma campanha com base nas principais medidas de sucesso da sua governação (baixa de impostos, Tarifa Açores e programa Novos Idosos), pedindo aos eleitores uma oportunidade para concluir outras medidas que tinha em carteira para esta legislatura, com o argumento de que deram duas oportunidades a Vasco Cordeiro e que José Manuel Bolieiro merece a mesma oportunidade dos açorianos.

Vai apelar, por isso, ao voto útil, argumentando que votar nos partidos mais pequenos à direita é votar na instabilidade e até na possibilidade de fazer regressar o PS ao poder.

Por sua vez, o PS vai desenrolar a sua campanha apontando a instabilidade política criada pela coligação nestes últimos três anos, recordando os desentendimentos entre os parceiros da coligação, e perguntando aos eleitores se querem mais do mesmo.

Vai, também, apelar ao voto útil, com o argumento de que votar noutros partidos de esquerda é desperdiçar votos para o regresso do PS ao poder e derrube da coligação de direita.

Basicamente estas serão as estratégias da campanha eleitoral, sendo certo que, aos eleitores, caberá escolher entre a continuidade de Bolieiro ou o regresso de Cordeiro.

O poder de convencimento de ambos vai estar altamente escrutinado, pelo que se espera nesta contenda propostas claras dos dois líderes, desde logo sobre os problemas que mais afectam a vida das pessoas, mas também que digam antecipadamente como irão governar na base dos cenários possíveis, sobretudo no caso de não possuírem maioria absoluta.

Estará a coligação disponível para aceitar, novamente, o apoio do Chega ou da Iniciativa Liberal, mesmo que estes não queiram celebrar um acordo pós-eleitoral como há três anos?

E se o PS ganhar as eleições e precisar do apoio parlamentar do Bloco de Esquerda ou do PAN, promoverá conversações para uma espécie de geringonça nacional?

Vai ser interessante assistir até que ponto é que os partidos mais pequenos resistirão aos apelos do voto útil, sobretudo os que romperam o acordo com a coligação, porque também terão aqui um veredicto dos eleitores, se aprovam ou não o comportamento que assumiram nesta crise política.

Em termos de calendário eleitoral, os prazos são curtos para as forças políticas (um disparate do Presidente da República esperar 11 dias para reunir um Conselho de Estado que em meia hora decidiu o óbvio), havendo prós e contras para a coligação e para o PS.

Naturalmente que a coligação preferia chegar até ao fim da legislatura, porque permitiria falar em estabilidade e desenvolver as medidas que tinha preparadas até Outubro. Mas o facto de as eleições serem provocadas por outros, permite-lhe vitimizar-se e clamar pelo voto útil para criar mais estabilidade e menos dependência dos partidos mais pequenos.

Por sua vez, o calendário beneficia Vasco Cordeiro, porque permite-lhe jogar em dois tabuleiros: o regional e o nacional. Ou seja, se ganhar e formar governo tem o seu problema resolvido entre portas e sai pela porta grande. E se perder, acaba a sua carreira política regional e fica livre para partir para uma nacional (caso Pedro Nuno Santos ganhe), tendo ainda como mais provável uma candidatura ao parlamento europeu.

Será curioso saber em que tabuleiro se movimentará Francisco César. Vai recandidatar-se à Assembleia da República? Ou virá na lista de S. Miguel, a seguir a Vasco Cordeiro, nas regionais?

É que se Vasco Cordeiro perde as eleições e desiste da liderança do PS, como é que Francisco César pega no partido estando fora do parlamento açoriano? Estará disponível para liderar os socialistas sem ter assento na Assembleia Regional?

Os próximos dias vão ser interessantes e com as listas de candidatos anunciadas, por todas as forças políticas, será ainda mais interessante descortinar sinais sobre as tendências internas de cada uma delas.

Quanto ao resto, que seja uma campanha digna, esclarecedora e focada nas propostas de cada um, em vez dos habituais insultos pessoais.

Os eleitores agradecem.

## PS acusa governo de “propaganda enganosa”

O Vice-presidente do PS/Açores, Berto Messias, criticou o Governo Regional da coligação PSD/CDS-PP/PPM pela “propaganda enganosa” e eleitoralista para ocultar dos açorianos a sua “incapacidade e incompetência”, anunciou o partido.

Segundo Berto Messias, citado num comunicado divulgado pelo partido, o Governo açoriano continua “alheado da realidade regional” e dos “problemas que enfrentam, diariamente, as famílias e empresas açorianas” para, em plena pré-campanha eleitoral, “vir anunciar investimentos de mais de 12 milhões de euros em habitação e com recurso a verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)”.

“Os açorianos não esquecem que José Manuel Bolieiro [Presidente do Governo Regional] ainda na passada semana decidiu suspender o processo de privatização da Azores Airlines e de dois hotéis, alertando, na ocasião, para a ética democrática, face ao actual contexto político da Região”, refere o socialista Berto Messias na nota.

O Vice-presidente do PS/Açores lamenta ainda que o líder do Executivo açoriano “continue, permanentemente, a insistir” em “propaganda enganosa”.

“Ora, já vimos um anúncio de um túnel para a estrada de acesso à freguesia da Ribeira Quente, no valor de 15 a 20 milhões de euros, e agora

mais 12 milhões [de euros] para a habitação, no âmbito do PRR. Onde está, neste contexto, a cautela e a ética democrática tão apregoadas por José Manuel Bolieiro?”, questiona.

### Baixa execução do PRR

Para Berto Messias, “a baixa execução do PRR e dos planos de habitação na Região colocam em causa a credibilidade de um Governo [Regional], cujos dados e indicadores de entidades externas comprovam uma baixa taxa de execução de apenas 8% na área da habitação”.

“Se tivermos também em conta os dados do Relatório de Execução Fi-

nanceira da Região referentes de Janeiro a Setembro do presente ano, na acção promoção, reabilitação e renovação habitacional, o Governo [Regional] executou 39%”, indica.

Ou seja, acrescenta, em 10 milhões executou apenas quatro, verificando-se “o mesmo, também, na acção referente ao arrendamento acessível e cooperação, onde os sete milhões de euros executados correspondem apenas a 50%”.

Ainda segundo Berto Messias, os anúncios de investimentos a concretizar em 2024 não são credíveis, uma vez que não passam de “propaganda eleitoralista barata” e representam “uma mão cheia de nada”.